

As Relações entre Geografia e Política no contexto da Antiguidade Greco-Romana

The Relations between Geography and Politics in the context of the Graeco-Roman Antiquity

Las Relaciones entre Geografía y Política en el contexto de la Antigüedad Grecorromana

Lucas Augusto Borlina¹

 <https://orcid.org/0000-0001-9281-704X>

RESUMO: Durante a antiguidade greco-romana, a geografia foi uma área de conhecimento de grande utilidade para os assuntos da política. Por um lado, ela supria a classe política com o tipo de informação útil para exercício de atividades como o comércio, a guerra e a administração territorial. Por outro lado, uma outra forma de utilidade emergiu neste período, na medida em que a representação geográfica podia auxiliar na elaboração de uma propaganda política e na construção de uma imagem pública favorável dos indivíduos em posição de poder ao associá-los à dimensão dos territórios sob o domínio deles próprios, como o resultado de um feito pessoal. Neste trabalho, apresentamos uma exposição histórica de como, durante o contexto da antiguidade greco-romana, a geografia atendeu a estes interesses da política, defendendo que a relação entre o conhecimento geográfico e a política é um tema cronologicamente transversal, e, portanto, pode ser encontrada em diferentes contextos históricos, fato que deve mobilizar os pesquisadores da História da Geografia a investigar sob qual forma esta relação pode ter acontecido em outros momentos da história.

PALAVRAS-CHAVES: Geografia Antiga; História da geografia; Política; Propaganda política.

ABSTRACT: *During graeco-roman antiquity, geography has been a knowledge of huge utility for the political concerns. By one hand, it could supply the political groups with the kind of information useful for activities such as trading, war and territorial administration. On the other hand, it also could be useful in this period as long as geographical representation could aid on the built of a political propaganda and on the built of a good public image of the politicians by associating them with the dimension of the territories under their control, as a result of a personal deed. In the present article, we presented a historical exposition of how, during the context of graeco-roman antiquity, geography attended the political demands, arguing that the relation between geographical knowledge and politics is a chronologically cross-cutting time theme and, thus, can be found under several historical contexts, fact that, we believe, must put the researchers of the History of Geography on the pursue of how this kind of relation may have happened in other historical moments.*

KEYWORDS: *Ancient Geography; History of geography; Politics; Political propaganda.*

¹ Mestrando em História na UFPR – Universidade Federal do Paraná. E-mail: laborlina@gmail.com.

RESUMEN: *A lo largo de la antigüedad grecorromana, la geografía fue un campo de conocimiento muy útil para la política. Por una parte, proporcionaba a la clase política el tipo de información necesaria para realizar actividades como el comercio, la guerra y la administración territorial. Por otra parte, en este período surgió otra forma de utilidad, en la medida en que la representación geográfica podría ayudar en la elaboración de una propaganda política y en la construcción de una imagen pública favorable de las personas en posiciones de poder al asociarlos con el tamaño de los territorios bajo su propio dominio, como resultado de un logro personal. En este artículo presentamos una exposición histórica de cómo, en el contexto de la antigüedad grecorromana, la geografía satisfizo estos intereses de la política, argumentando que la relación entre conocimiento geográfico y política es un tema cronológicamente transversal y, por tanto, se puede encontrar en diferentes contextos históricos, hecho que, creemos, debe movilizar a los investigadores de la Historia de la Geografía a indagar cómo pudo darse esta relación en otros momentos de la historia.*

PALABRAS-CLAVE: *Geografía Antigua; Historia de la geografía; Política; Propaganda política.*

INTRODUÇÃO

A geografia, assim como uma série de outras áreas do saber contemporâneas, começou a ganhar forma na Grécia Antiga. Com isso, não queremos, de modo algum, afirmar que entre as sociedades que antecederam a helênica não se desenvolveu um tipo de conhecimento geográfico. Muito pelo contrário, defendemos o que argumentou Jean-Pierre Vernant (2016): que, em geral, o pensamento grego se desenvolveu com base no intenso intercâmbio cultural que existiu no Mediterrâneo, com as contribuições de muitos povos de onde hoje chamamos de Oriente, mas que na época era visto apenas como um espaço contínuo, sem qualquer tipo de divisão. Além de assinalar a contribuição “oriental” para a gênese do pensamento grego, também não podemos ignorar as experiências geográficas dos egípcios, fenícios e dos povos da Mesopotâmia, que atestam a existência deste tipo de saber muito antes que o *lógos* grego viesse ao mundo.

Portanto, quando afirmamos que a geografia começou a ganhar forma com os gregos, não queremos excluir outros povos da história do pensamento geográfico, mas antes assinalar que o que hoje entendemos como geografia é uma herança direta de uma concepção específica de geografia que se desenvolveu, sobretudo, na Grécia Antiga e, mais tarde, entre os romanos. No presente artigo, pretendemos fazer uma exposição histórica de algumas características da geografia antiga, especialmente na Grécia e em Roma, focando na sua relação com a política, especialmente na medida em que forneceu aos indivíduos em posição de poder um conjunto de informações e um tipo de conhecimento sobre a realidade que os auxiliaram no exercício de atividades práticas envolvendo a ação no espaço geográfico.

Uma das principais funções da geografia na sua gênese foi a de racionalizar o espaço, compreender sua natureza, conhecê-lo de fato para, por fim, dar melhores condições aos sujeitos históricos para agir nesse espaço com maior proveito. De fato, nos primeiros registros

geográficos que temos à disposição na Grécia Antiga, notamos similarmente como o registro das informações acerca da natureza do espaço servia às necessidades da ação. De acordo com Dueck (2012), o interesse geográfico emergiu entre os gregos de suas necessidades diárias: uma vez que viveram em torno do Mediterrâneo e do Mar Negro, e dependiam da navegação tanto para a guerra quanto para o comércio, eles precisavam de informações a respeito das rotas marítimas e sobre as características das regiões estrangeiras. Do mesmo modo, a autora menciona que a geografia forneceu aos romanos informações detalhadas e essenciais para suas necessidades militares, administrativas e econômicas.

Portanto, ao falarmos da geografia no mundo antigo, falamos de um conjunto de conhecimentos capazes de orientar de maneira qualificada as ações da vida prática. Comércio, guerra, conquistas e administração territorial foram - e, acreditamos, ainda são - atividades que, se não dependem, ao menos se beneficiam enormemente do conhecimento geográfico. Portanto, não nos surpreende que esse tipo de conhecimento tenha servido precisamente aos interesses dos grupos sociais dominantes e aos interesses da política em seu sentido prático. No entanto, antes de entrarmos nas análises deste vínculo, precisamos mencionar uma outra forma importante que a geografia atendeu aos interesses e expectativas dos políticos no mundo antigo.

Além da sua relação prática, a geografia também desempenhou um papel simbólico para atender as necessidades políticas. A representação do espaço em um contexto histórico marcado pela presença de impérios também poderia se tornar um signo do poder. Para ficarmos, por ora, em apenas um exemplo a título de introdução, pensemos nas campanhas de Alexandre, o Grande. O que queria Alexandre ao levar seus exércitos até povos e regiões até então desconhecidos nas fronteiras que se imaginavam ser as do mundo habitável, registrando diversos detalhes da viagem com um grupo de intelectuais ligados à corte? A resposta para essa questão é difícil de ser precisamente definida, uma vez que muitos dos relatos sobre a vida e os feitos de Alexandre estão rodeados por mitos, imprecisões e exageros; no entanto, segundo Gehrke (2015), é possível especular sobre a questão. Para ele, a expedição atendia a um desejo do rei macedônio em imitar feitos heroicos, sendo a dimensão do espaço conquistado um signo da sua própria grandiosidade.

O caso de Alexandre é particularmente emblemático, pois, se por um lado podemos inferir que o conhecimento geográfico prático deve ter sido valorizado por ele para o êxito de suas campanhas, bem como para a administração do Império que paralelamente se construía, também notamos um forte potencial simbólico na geografia na medida em que a conquista do espaço geográfico foi associada à virtude, glória e heroísmo. Surge, então, uma dimensão simbólica do conhecimento geográfico: registrar as fronteiras do mundo seria muito mais do que um esforço de produzir conhecimento. É, também, a construção de uma imagem que representa o poder, de modo que, conforme argumentaremos no fim do texto, a geografia

atendeu aos interesses da classe política na Antiguidade também na medida em que produzia um tipo de conhecimento aproveitado para fins de propaganda política e construção de uma boa imagem pública dos políticos.

A GEOGRAFIA COMO CONHECIMENTO PRÁTICO À SERVIÇO DO PODER

Que na Antiguidade a geografia, ao menos em parte, foi direcionada para as classes políticas é um dado que não só podemos inferir ao analisar o conteúdo presente nas obras geográficas, como também podemos perceber já entre os antigos a emergência da consciência a respeito da utilidade prática desse saber. Segundo Koszek (2015), embora a geopolítica seja uma área de estudo própria de fins do século XIX, é possível encontrar ideias geopolíticas na Antiguidade. Com base nas ideias de Mackubin T. Owens, define a geopolítica como, essencialmente, o estudo da relevância política e estratégica da geografia na busca pelo poder internacional, tentando “[...] descobrir como os fatores geográficos impactam as decisões dos Estados e outros centros de poder” (Koszek, 2015, p. 57, tradução nossa). Na segunda metade do século XX, quem buscou jogar luz sobre esta característica da geografia foi o francês Lacoste (1977, p. 8, tradução nossa), para quem “[...] o desenho de um mapa implica um certo domínio político e científico do espaço representado, e é também um instrumento de poder sobre o referido espaço e sobre as pessoas que vivem nele”. Mas, segundo Koszek (2015), quem expressou uma clara consciência desse uso político da geografia na Antiguidade foi Estrabón, intelectual grego que viveu sob o domínio romano no século 1 a. C. Este geógrafo dedicou uma parte do primeiro livro da sua *Geografia* à defesa da utilidade dos conhecimentos geográficos orientados para as ações de governo.

Segundo Estrabón, a multiplicidade de conhecimentos próprios da geografia -“tudo o que há de proveitoso e nocivo na terra e no mar” - é, obviamente, de grande valia para qualquer um que busque tais tipos de informação. Mas, acima de tudo, constitui um conjunto de conhecimento particularmente “orientado aos assuntos da política (*tas politikas*)”. Isso porque, para o geógrafo, o “espaço de nossas ações é precisamente a terra e o mar em que vivemos”: um espaço pequeno é próprio das pequenas ações, e os grandes próprios às grandes ações. Mas, maior que todos os espaços, é o do orbe habitado, a *oikoumene*, espaço das maiores ações. Uma vez que “os maiores condutores de exércitos (*megistoi ton stratetelaton*) são aqueles que têm poder para mandar sobre a terra e o mar, reunindo povos e cidades em um único poder e administração política”, ou seja, são os que, propriamente, agem no maior espaço das ações, justifica-se, de acordo com Estrabón, “que a geografia é totalmente orientada para as ações próprias do governo (*tas hegemonikas*)” (Strab. I. 1. 16).

Tendo explicado que a geografia é um assunto próprio da classe política, embora não se limite a isso, Estrabón concluiu seu pensamento acrescentando que “a melhor maneira de manejar cada país é sabendo de que extensão é seu território, a que distância se encontra de outros lugares, e que características diferenciais têm tanto em seu clima como em si mesmo” (Strab. I. 1. 16). Vemos, portanto, nitidamente, como a noção de utilidade prática da geografia de Estrabón expressa uma clara consciência do geógrafo de que seu objeto de estudo não só está orientado à vida prática, mas, com muito maior pertinência, concerne à prática política.

Os primeiros textos gregos com informações geográficas de que temos notícia vêm a confirmar esta ideia. Estes textos não pertenciam exatamente a um gênero que podemos chamar de geografia, mas já indicavam como um conhecimento de tipo geográfico estava, desde o início, atendendo a uma demanda própria da ação política. Seria mais preciso dizer que estas primeiras manifestações geográficas eram textos que variavam desde narrativas míticas, como os poemas homéricos que certamente expressam tardiamente um conhecimento geográfico que foi preservado pela antiga tradição oral dos rapsodos itinerantes, ou ainda o mito de Jasão e os Argonautas, até registros de viagens feitas para fins comerciais, políticos e militares que expressavam uma determinada consciência sobre o espaço geográfico, que, para Roller (2015, p. 13, tradução nossa), “[...] criaram uma base de dados de conhecimentos topográficos que poderiam ser utilizados para propósitos geográficos”.

Segundo Dueck (2012), estas manifestações geográficas estiveram diretamente vinculadas às necessidades econômicas e demográficas na Grécia, especialmente no contexto das migrações e fundações de novas colônias no Egeu e no Mediterrâneo, que fizeram os gregos se mover, primeiramente, para a costa da Ásia Menor, Sicília e o sul da Itália, e, posteriormente, para o sul da França e da Espanha, e o norte da África. Estas viagens teriam fornecido aos marinheiros um conjunto de informações que certamente os ajudaram em futuras viagens, uma vez que foram registrados nos chamados *periploi*, palavra derivada de “navegar em torno de”. Esses registros, aponta Dueck (2012, p. 6, tradução nossa), apresentavam:

[...] informações práticas sobre sítios situados nas rotas marítimas ao longo da costa ou de rios, organizadas de acordo com a ordem da viagem, incluindo nomes de ancoradouros, distâncias entre os lugares (normalmente definida pelo número de dias de navegação), direções e informações locais básicas.

Estes *periploi* continham informações úteis para o planejamento de viagens, como a duração, rotas, possíveis perigos, descrição de pontos de referência, locais seguros para aportar e, ainda, informações de caráter etnográfico sobre as populações de diversos lugares. Uma fórmula homérica de dupla ocorrência na *Odisseia* conservou o que podemos imaginar

ser a sensação de um marinheiro que chega a uma terra totalmente desconhecida: “Ai de mim, a que terra de homens mortais chego de novo? / Serão eles homens violentos, selvagens e injustos? / Ou serão dados à hospitalidade e tementes aos deuses?” (Odisseia. VI. 119 - 121; XIII. 200 - 202). Não há margem para dúvidas que os *periploi* deveriam amenizar a aflição expressa por Odisseu, tendo em vista que os marinheiros estariam munidos com as informações necessárias sobre as regiões do mundo habitado.

Além disso, esses registros geográficos também poderiam conter informações a respeito de recursos naturais e atividades econômicas presentes em determinadas regiões que despertariam o interesse dos comerciantes e influenciariam na definição do destino de suas viagens. Estrabón, em sua *Geografia*, por exemplo, escreveu um inventário das principais atividades de cada região, como a agricultura de grãos, videiras, frutas, papiro e especiarias; pecuária, com a criação de ovelhas e cavalos; apicultura; pesca e derivados, como a salga de peixes; mineração, com as salinas, pedras preciosas, mármore e metais como ouro, prata, cobre, ferro e estanho, bem como a atividade comercial.

Estrabón, no entanto, não se limitou ao conjunto de informações que poderiam despertar o interesse em determinadas regiões, mas também transmitiu informações que poderiam até mesmo auxiliar os comerciantes já em seus destinos, como, por exemplo, dados sobre os ventos e as condições de navegação, com especificações que indicam que o público-alvo do texto era propriamente os comerciantes. Sobre o rio Reno, o geógrafo escreveu que “é, em sua maior parte, navegável, inclusive com cargas consideráveis, e chega a quase todos os lugares desta região através de seus afluentes, navegáveis também com a máxima carga” (Strab. IV. 1. 14). Os rios Betis e Anás, na Ibéria, hoje conhecidos como Guadalquivir e Guadiana, também foram descritos por Estrabón em função de suas condições de navegabilidade: o Betis “é navegável quase mil e duzentos estádios corrente acima, desde o mar até Córdoba e lugares situados um pouco mais ao interior”; e continua detalhando a natureza dos tipos de barcos aptos a navegar rio acima: “Até Hispalis a navegação se efetua em embarcações de tamanho considerável, ao longo de um trecho não muito inferior a quinhentos estádios; até as cidades que estão mais acima de Ilipa em barcos menores, e até Córdoba em lanchas fluviais” (Strab. III. 2. 3). O Guadiana, no entanto, segundo nos informa o geógrafo, é navegável, mas não por um trecho tão longo, e nem com embarcações tão grandes.

Ainda nesse sentido, Estrabón também registrou o fenômeno natural que permite que os rios e estuários desta região sejam navegáveis: “As subidas do nível do mar durante a maré alta os inundam, de modo que não são menos navegáveis que os rios, senão até melhores”. Mas, o geógrafo alerta, “a maré vazante nos estuários é perigosa, uma vez que

ela se acentua proporcionalmente às subidas da maré, e, devido sua velocidade, frequentemente deixa navios encalhados” (Strab. III. 2. 4).

Com isso, podemos perceber que a geografia antiga oferecia diversos tipos de informações úteis para as atividades econômicas, como aquelas que poderiam despertar o interesse dos sujeitos a escolher um destino, tendo em mente os possíveis riscos, como condições de navegação e características das populações locais, e os possíveis benefícios, como recursos disponíveis e atividades econômicas praticadas; oferecia, também, informações pertinentes ao planejamento da viagem, como as rotas e a duração das viagens; e, ainda, detalhes sobre possíveis fenômenos, que no caso dos estuários de Estrabón, parece ser um alerta direcionado explicitamente aos comerciantes.

Outro importante aspecto da geografia antiga e sua relação com a política é a sua utilidade militar. Quando Estrabón (Strab. I. 1. 16) comentou sobre a geografia, argumentando que os conhecimentos geográficos são orientados para os assuntos da política, demonstrou, também, que um destes assuntos é o que concerne à vida militar. Isso fica evidente pelo próprio léxico do geógrafo na passagem, ao definir o sujeito próprio da política - aquele que atua no espaço das grandes ações - como *megistoi ton stratelaton*, ou, em tradução livre, “os maiores condutores de exércitos”. Podemos argumentar que isso acontece porque, embora a política possa ser entendida como um amplo leque com diversas áreas - economia, diplomacia, administração, justiça etc. -, ao menos na Antiguidade ela era inalienável de seu aspecto militar. Na época em que Estrabón escreveu sua *Geografia*, por exemplo (18 d.C - 24 d.C.), já não era mais possível distinguir quem detinha o poder militar de quem era o responsável pelas outras diversas áreas de atuação política: Augusto tinha o *maius imperium*, isto é, o controle sobre as legiões romanas. E, mesmo antes de Augusto, o controle sobre as legiões já cabia ao cargo mais alto do *cursus honorum* da República, isto é, a magistratura de Cônsul. Por isso, Estrabón se refere aos políticos como generais, afinal, não eram papéis estranhos um do outro.

Portanto, a Geografia era uma área de grande interesse para os assuntos militares. Dueck (2012) argumentou que existia uma relação entre a geografia e a política, no seu aspecto militar, em que ambas nutriam uma a outra. Isso porque, por um lado, as informações geográficas, da mesma forma que favoreciam ao comerciante que chega a uma terra desconhecida, também podiam auxiliar um general a conduzir seu exército, a planejar sua campanha com relação à logística e disponibilidade de recursos, natureza topográfica, características das populações, possíveis rotas etc. Por outro lado, a expansão do conhecimento geográfico dependia da expansão das fronteiras físicas. Estrabón (Strab. I. 1. 16) argumentou que dificilmente o mundo inteiro poderia ser acessível ao conhecimento, “mesmo se todo o orbe habitado estivesse submetido a um único poder e regime político”,

mas ressaltou que o fato de que uma parte do mundo estar sob o comando de uns, e outras partes sob o comando de outros dificultava ainda mais o trabalho de conhecer o todo.

Abundam casos no mundo antigo em que demonstram esse tipo de relação entre a política e a geografia. Heródoto (Hdt. 4. 44. 1 - 3) nos deu notícia sobre um caso curioso relativo ao rei persa, Dario, e ao viajante grego Scylax de Carianda. De acordo com o historiador, desejando conhecer o Rio Indo e onde este chegava no mar, o rei persa enviou embarcações lideradas por Scylax e outros homens de sua confiança. Estes desceram o rio em direção ao leste até chegarem ao mar; e viajando pelo mar para oeste, eles chegaram ao Egito no trigésimo mês da viagem, a partir de onde teriam circunavegando a Líbia. “Depois desta circunavegação, Dário subjugou a Índia e fez uso desse mar” (Hdt. 4. 44. 3). A passagem não nos dá detalhes sobre quais informações Scylax levou ao rei, nem como elas podem ter auxiliado Dário, mas o registro de Heródoto abre margem para interpretarmos que existe uma relação imaginada pelo historiador entre a expedição de exploração fomentada pela curiosidade do rei e a anunciada conquista da Índia.

Se dessa passagem de Heródoto não temos detalhes de se, e como, as informações geográficas beneficiaram o rei Dario, sabemos, por meio de Estrabón, como o rei Xerxes se beneficiou da valiosa informação dada por Efiates nas Termópilas: “ao mostrar aos persas o caminho que existe através das montanhas, deixou os gregos que rodeavam Leônidas a mercê deles” (Strab. I. 1. 17).

Porém, se o conhecimento geográfico pôde auxiliar o sucesso de campanhas militares, a falta desse conhecimento demonstrou ter consequências desastrosas em empreendimentos militares. Thucydides (Thuc. 6. 1. 1 - 2) registrou que os atenienses decidiram atacar a Sicília “sendo ignorantes sobre seu tamanho e o número de habitantes”. O resultado foi que os atenienses, em grande confusão, foram derrotados em Siracusa (Thuc. 7. 44. 1 - 8).

Da mesma forma, nos conta Estrabón, algumas expedições dos romanos contra os partos, germanos e celtas revelam uma situação parecida em que não conhecer a geografia local resultou em grandes dificuldades para os romanos:

[...] os bárbaros estavam guerreando com pleno conhecimento do terreno, em zonas pantanosas, selvas inacessíveis e terras desertas, fazendo com que parecesse aos que não conheciam que o que estava perto estava longe, e escondendo os caminhos e os meios de abastecimento de alimentos e outras coisas (Strab. I. 1. 17).

Mas, talvez, para a antiguidade, o caso exemplar da relação entre conhecimento geográfico e ação militar venha da história narrada por Heródoto sobre a expedição do rei Dario contra os citas. Segundo o historiador (Hdt. 4. 46. 2 - 3), o problema de se marchar contra a Cítia é que ninguém que o faça consegue escapar sem prejuízos. Uma vez que se

trata de um povo essencialmente nômade (“não têm cidades construídas nem recintos amuralhados, não vivem da lavoura, e sim do gado, e têm suas moradas em carros”), Heródoto argumentou que essas condições fazem dos citas invencíveis e inacessíveis (*amachoi kai aporo*). Além disso, ainda menciona que “sua terra se presta a eles e que seus rios cooperam com eles” (Hdt. 4. 47. 1).

Com base nessas vantagens, expressas pelo conhecimento pleno da geografia local pelos citas, e a ignorância geográfica total por parte dos persas, os citas planejaram sua estratégia contra a ofensiva persa. Combinando seu modo de vida nômade com a geografia cítia, e tirando proveito da falta de conhecimento dos persas, os citas os envolveram em uma caça que os levavam cada vez mais para dentro do território. Para isso, inclusive, quando os viam em apuros, deixavam parte de seu gado para os persas, “com a finalidade de que permanecessem por mais tempo na Cítia” (Hdt. 4. 130), e continuassem a perseguição, imaginando que estavam vencendo.

Quando os persas ficaram satisfatoriamente dentro do território, os reis citas enviaram presentes a Dario: “um pássaro, um rato, uma rã e cinco flechas” (Hdt. 4. 131. 1). O significado dos presentes foi entendido, de acordo com Heródoto, como um recado: “Persas, se não se converterem em pássaros para subir aos céus, ou em ratos para se esconderem embaixo da terra, ou em rãs para mergulhar nas lagoas, não regressarão à vossa pátria, pois serão atravessados por essas flechas” (4. 132. 3). A partir de então, os persas passaram de caçadores para caça, e começaram a fugir para a ponte que atravessava o rio Istro:

[...] como o grosso do exército persa era integrado por infantaria e não conhecia os caminhos, enquanto que o exército cita estava composto por cavalaria que, além disso, conhecia os atalhos do caminho, ambos exércitos não se encontraram, e os citas chegaram à ponte com grande vantagem sobre os persas (Hdt. 4. 136. 2).

Heródoto comentou que esta história só não teve um fim trágico para os persas porque o acaso quis que os citas não os encontrassem em fuga, uma vez que os citas orientaram sua busca através de lugares com poços com água e forragem para os cavalos, enquanto que os persas, na verdade, apenas seguiram seu próprio rastro de quando adentraram na Cítia (Hdt. 4. 140. 3). A história narrada por Heródoto revela uma situação em que, claramente, a utilidade do conhecimento geográfico foi um elemento definidor em um evento militar, pois os citas não só se apoiaram no seu próprio conhecimento, como também, e principalmente, se apoiaram na consciência que tinham de que os persas eram completamente ignorantes da geografia cítia. Além disso, vale comentar que, Krebs (2006), a história narrada por Heródoto pode ter se tornado referência e criado um *topos* literário para o mundo antigo, retomado por Júlio César quando escreveu sobre suas campanhas na Germânia, especialmente ao apresentar o ambiente como uma floresta infinita e desconhecida, e o inimigo como inalcançável.

Uma outra forma que o conhecimento geográfico contribuiu com as necessidades políticas na antiguidade foi no que diz respeito à administração territorial. Tal característica do conhecimento geográfico se tornou mais emblemática especialmente quando relacionada às unidades de poder que tiveram domínio sobre grandes extensões territoriais, como o Império Romano. Se, por um lado, um império era o resultado da subjugação militar de diversos povos, argumentamos, porém, que somente a força militar não era suficiente para a realização plena de um império de fato. Mais do que um exército, sem o qual certamente os romanos jamais teriam mantido seu poder, também era necessário a criação de estruturas administrativas e de formas de organizar o território para a plena realização de um Império governado a partir de um centro administrativo.

Nicolet (1991) argumenta que, por volta dos anos finais da República, os romanos começaram a perceber a fragilidade da sua dominação, e que a manutenção do Império só seria possível caso fossem apresentadas vantagens para os súditos, vantagens essas que foram expressas nos termos da boa administração e da paz interna pelo programa político e ideológico de Augusto no fim da República. No entanto, para que tal programa fosse de fato viável, seria necessário ter “[...] uma ideia clara e precisa sobre os recursos do Império, e os gastos necessários para sua manutenção” (Nicolet, 1991, p. 123, tradução nossa). Com Augusto, a consciência de que conhecer a geografia do Império era essencial para o governo veio à tona não só em termos da geografia física e natural, mas também humana e econômica:

[...] existe também a esfera humana em termos econômicos e administrativos, cujo controle depende do domínio de informações estatísticas. Isto é, a preparação e a consulta de documentos, em todos níveis de poder, passa a ser necessário para conhecer e para comandar, a fim de estar corretamente informado (Nicolet, 1991, p. 125, tradução nossa).

Para isso, Augusto instituiu o *censo*, conforme anunciou ter realizado três vezes na sua *Res Gestae* (RG. 8). Segundo Nicolet, essa preocupação foi própria do Principado de Augusto e revelou uma necessidade das autoridades de se conhecer o máximo possível do Império: “[...] essas informações deram às autoridades uma ideia exata dos recursos e do tamanho do Império” (Nicolet, 1991, p. 139, tradução nossa). Além deste inventário de informações humanas, a geografia também atendeu aos interesses das classes políticas dirigentes para a organização territorial. Segundo Maria José Castillo Pascual, a ordenação do território era entendida como uma forma de “[...] controle racional do cidadão sobre seu espaço jurídico e vital” (Pascual, 2011, p. 15-17, tradução nossa).

De acordo com Claude Nicolet, os romanos organizaram seus territórios recém-conquistados sob a ótica do trabalho agrícola, e isso era importante não só para definir as fronteiras entre os lotes de terra, mas também a sua natureza jurídica. Isso explica o papel

desempenhado “[...] no sistema cívico romano por especialistas [*agrimensores*] responsáveis por definir o espaço físico e a natureza legal de cada terra, bem como especificar seus direitos” (Nicolet, 1991, p. 150, tradução nossa).

Ora, a simples existência deste tipo de especialista dentro do escopo político e civil romano implica em, necessariamente, uma estrutura de transmissão de conhecimentos ligados à formação desta especialidade. De fato, existe um conjunto de textos chamados de *Gromatici* que atestam a existência de um sistema de transmissão do conhecimento necessário ao trabalho dos agrimensores, que vão desde as técnicas de medição aos mais variados status jurídicos que um lote de terra poderia ter, e que chegam, por fim, a uma “[...] transcrição em documentos gráficos - planos, mapas etc - das pesquisas feitas em campo” (Nicolet, 1991, p. 151, tradução nossa). Esta transcrição gráfica das informações textuais exigia uma série de conhecimentos próprios da geografia da época, como a cartografia, geometria, topografia e uso de escalas. Era, portanto, um trabalho amplamente escorado no conhecimento geográfico acumulado pela tradição antiga, e que fazia parte do bom funcionamento da administração do Império Romano.

A GEOGRAFIA INSTRUMENTALIZADA COMO SÍMBOLO DO PODER

Até o presente momento, temos visto casos históricos baseados em testemunhos antigos que nos mostram como a geografia foi uma área do saber orientada para os assuntos da política, na medida em que podia fornecer aos indivíduos em posição de poder o tipo de informação prática que tornava possível racionalizar o espaço para proceder com mais eficiência no exercício de atividades como o comércio, a guerra e a administração territorial.

A partir daqui, lidaremos com uma outra forma com a qual o conhecimento geográfico serve aos interesses políticos, fora da sua dimensão prática. Nosso argumento é que a geografia se tornou um veículo de informações que, além de contribuir com o exercício das atividades próprias da política, relacionou simbolicamente o espaço geográfico ao poder e aos políticos, se tornando interesse da política também na medida em que poderia ser uma forma de propaganda do poder capaz de ajudar na construção de uma imagem pública favorável dos políticos.

Mas, embora discutindo sobre a relação entre política e geografia apenas no contexto da antiguidade greco-romana, gostaríamos de comentar que este tema possui uma certa transversalidade cronológica, isto é, persistiu ao longo da história. Ficaremos com um breve exemplo que não só vai demonstrar a transversalidade, como também facilitará a elucidação sobre o tópico em torno dos usos simbólicos da geografia no universo da política: segundo Emiralioglu (2014), o Império Otomano do século XVI assistiu a uma multiplicação de tratados geográficos que, segundo o autor, aconteceu em função de uma relação de patronato entre a

corde otomana e os intelectuais. Por um lado, os intelectuais buscavam ganhar favores dos membros da corte em troca de obras encomendadas. O valor destes tratados estava tanto nas informações importantes para o exercício do poder quanto na imagem que produziam do Império: “[...] esses trabalhos geográficos podiam ser usados para apoiar a agenda política dos patronos [...] Eles promoviam a magnificência imperial dos sultões e projetavam o Império Otomano como o centro do universo” (Emiralioglu, 2014, p. 6, tradução nossa).

Trata-se, portanto, de um tipo de uso que não pressupõe somente a utilidade prática da geografia no âmbito da ação, mas também como um veículo de informações geográficas que, além de apresentar o espaço, podem representar o poder e serem utilizadas como propaganda política. Já comentamos, à guisa de introdução, que, para o caso de Alexandre, um de seus objetivos ao definir o escopo de suas expedições até as fronteiras imaginadas para o mundo era realizar feitos de dimensões heroicas. Com isso, não ignoramos que os ganhos materiais da campanha de Alexandre, nem a construção de seu império foram objetivos, mas sim ressaltar que, para o rei macedônio, a dimensão do espaço geográfico alcançado e devidamente registrado deveria significar proporcionalmente o tamanho de sua glória e poder.

Para sustentar este ponto, podemos nos apoiar em Estrabón, que questionou a fiabilidade dos registros produzidos pelos intelectuais que acompanharam Alexandre. Para o geógrafo, “as histórias que têm sido espalhadas por toda parte para glorificar Alexandre não são completamente aceitáveis, e seus autores foram homens mais preocupados com a bajulação do que com a verdade”, uma vez que, para aumentar a impressão sobre o tamanho das conquistas nos registros, esses intelectuais “transferiram o Cáucaso para as montanhas da Índia” (Strab. XI. 5. 5). Ainda escreveu que:

[...] não é fácil acreditar na maioria dos que escreveram as histórias de Alexandre, porque eles brincam com os fatos, tanto por causa da glória de Alexandre quanto porque suas expedições alcançaram os limites da Ásia, muito longe de nós; e o que é dito sobre coisas que estão tão distantes são difíceis de refutar (Strab. X. 6. 4).

Para os propósitos do presente texto, não tem muita importância se a crítica de Estrabón procede e se, de fato, os intelectuais da corte de Alexandre falsificaram as informações geográficas. Para nós, basta argumentar que para Estrabón era muito claro a utilidade que o conhecimento geográfico poderia ter como propaganda política capaz de promover o prestígio, a glória e a imagem de um indivíduo, bem como o fato de que, para ele, era verossímil que os geógrafos, para atender tal propósito, pudessem chegar a distorcer a realidade representada em suas obras. Ora, só pode ser possível imaginar a falsificação da informação geográfica com fins de propaganda política se antes se tenha desenvolvido a

consciência de que a própria geografia poderia se tornar um signo do poder político relevante. Logo, podemos argumentar seguramente que na antiguidade a geografia desenvolveu uma função simbólica e, nesse sentido, foi explorada para fins políticos.

Dueck (2012) argumentou que, para o caso de Roma, na medida em que se aproximava o fim da República e o poder passava a depender mais de políticos particulares do que do Senado, as ambições individuais destes políticos passaram a desempenhar um papel chave na expansão de Roma. Isso porque, para os generais responsáveis pelas expedições, conquistar um território tinha um significado maior do que a simples subjugação de um povo e a subtração de bens materiais e mão de obra escrava.

Mais do que isso, conduzir uma conquista agregava prestígio e impulsionava a carreira política destes generais, como atestam os cognomes honoríficos com alusões geográficas aos locais conquistados, que muitos ganhavam após um retorno vitorioso: *Africanus*, *Asiaticus*, *Macedonicus*, *Pontocus etc.* “O significado geográfico das conquistas”, conclui Dueck (2012, p. 14, tradução nossa), “[...] encorajou a expansão ao contribuir com a reputação política dos magistrados”.

Sabemos, também, que entre os romanos o caso de Alexandre foi um exemplo que serviu de modelo para os principais generais deste contexto. Segundo Kamil Kopij, muitas evidências mostram que Pompeu se dedicou a fazer uma imitação de Alexandre, com a intenção de “[...] ser visto como o conquistador que alcançou as fronteiras do mundo habitado” (Kopij, 2017, p. 134, tradução nossa), tanto que chegou a adotar para si mesmo o cognome *Magnus*, igual ao rei macedônio. De maneira parecida, Krebs (2006, p. 128, tradução nossa) assinalou que as campanhas de Júlio César foram exploradas para o propósito de propaganda, uma vez que o significado simbólico de suas expedições “[...] tem que ser visto dentro do contexto dos grandes generais: ir além das fronteiras do mundo conhecido era uma marca registrada do retrato, especialmente, de Alexandre, o Grande”.

Vemos, à luz do aumento da importância da expansão territorial - e de toda sua simbologia - emergir na história de Roma um de seus principais temas: o anúncio da conquista do mundo. Segundo Nicolet (1991), nos tempos de Augusto esta ideia não era exatamente uma novidade, uma vez que Políbio já havia lidado com o assunto em sua obra. Mas foi apenas após o período dos grandes generais e durante a construção do Principado de Augusto que o tema assumiu sua expressão mais forte e passou a ser amplamente instrumentalizado como propaganda para a promoção do poder romano e dos indivíduos ligados à política romana.

O texto da *Res Gestae*, espécie de testamento deixado por Augusto com seus principais feitos para ser exposto em seu mausoléu, bem como em diversas partes do Império, registrou de forma muito clara: “Eu estendi o território de todas aquelas províncias do povo romano cujas fronteiras haviam povos não sujeitos ao nosso governo” (RG. 26). Dentre uma série de

feitos que compõem o que frequentemente se chama de ideologia augustana, como uma pretensa restauração da República e dos costumes ancestrais e a paz nas províncias, Augusto também se preocupou em anunciar que sob seu governo os romanos chegaram a locais jamais antes visitados: “Minha frota navegou através do Oceano para o Leste desde a boca do Reno até o território dos Cimbro, uma terra que nenhum romano tinha visitado antes, por mar ou por terra” (RG. 26).

A fórmula inicial das *Res Gestae*, conforme temos acesso hoje, esclarece o seu conteúdo no que diz respeito à conquista do mundo. A primeira frase que encontramos ao abrir o texto é: “Cópia do texto que são os feitos do Divino Augusto, com os quais ele sujeitou o mundo sob o Império do povo Romano” (RG. preface). Nicolet (1991, p. 17) menciona que não se tem certeza se esse prefácio é da autoria de Augusto, mas argumenta que a partir das seções 25 do texto, “[...] as atividades no exterior, e as vitórias ou as conquistas diplomáticas constituem a justificação da fórmula inicial para a conquista do *orbis terrarum*”.

Um outro documento importante que podemos relacionar com Augusto é o Mapa de Agripa. A maior parte das informações sobre esse mapa são pouco precisas. O que temos como certo é que foi planejado por Agripa para ser exposto ao público no *Porticus Vispania* e que representava todo o mundo conhecido. Informações a respeito da natureza do mapa, suas dimensões, materiais utilizados e seu objetivo são disputadas pelas especulações dos historiadores (Dueck, 2012, p. 108, tradução nossa).

No entanto, a relação desse mapa com Augusto, e, possivelmente com seu discurso de anunciar a conquista do mundo, é evidente. Em primeiro lugar, cabe mencionar que Agripa pode ser considerado o braço direito da política de Augusto. Muito provavelmente o *princeps* o havia eleito para ser seu herdeiro, não fosse a morte prematura de Agripa em 12 a.C. Augusto já havia conferido a ele o *imperium* e a *tribunicia potestas*, que deixava a ambos, ao menos no papel, com igual poder, estratégia adotada por Augusto para conferir uma linha sucessória sem institucionalizar uma monarquia (GRUEN, 2005). Além disso, Plínio, o Velho nos informa que, após a morte de Agripa, o próprio Augusto se dedicou a finalizar o mapa: “Foi Augusto quem completou o pórtico que continha o mapa do mundo que havia sido começado pela sua irmã [Vispania Polla Agripa] de acordo com o projeto e as notas de Marcus Agrippa” (NH. III. 16 - 17).

Essas informações trazidas por Plínio abrem margem para entendermos o mapa dentro da política simbólica de Augusto. De fato, alguns autores concordam com essa perspectiva. Segundo Tierney (1963, p. 165, tradução nossa), existe uma visão de que o mapa estava enraizado por uma visão orgulhosa e patriótica de Roma uma vez que o mapa representa “[...] um momento de um desenvolvimento histórico, um ponto no processo de cristalização das terras do Mediterrâneo em Império Romano”.

Nicolet (1991) está entre os historiadores que vê no mapa uma realização do discurso político de Augusto de um império universal. Para ele, o nascimento da cartografia romana está ligado a uma ideia pedagógica, mas também, na medida em que esses mapas são feitos para exibição pública, é possível encontrar usos ideológicos e políticos, uma vez que “[...] o Império foi expandido, teoricamente, até os limites do *orbis terrarum*, um mapa geográfico geral pode melhor ilustrar essa conquista” (Nicolet, 1991, p. 111, tradução nossa).

Em sua perspectiva, o mapa facilitaria a visualização das conquistas romanas. Nicolet considera válido questionarmos se não seria possível que Augusto tenha ordenado Agripa a produzir esse mapa para ilustrar os feitos que mais tarde seriam descritos pelo próprio Augusto. Como, aliás, explicar de outra forma a preocupação pessoal de Augusto em finalizar o trabalho de Agripa? Dentro desse escopo geográfico vemos se manifestar a ideologia de Augusto sob a fórmula que havia sido expressa por Virgílio na *Eneida* alguns anos antes. Enéias, fundador mítico de Roma, cuja descendência no poema é vinculada a Augusto, ouve de seu pai Anquises, no mundo dos mortos, as seguintes palavras: “Mas tu, romano, aprimorate na governança dos povos / Essas serão as tuas artes; e mais: leis impor e costumes, / poupar submissos e a espinha dobrar dos rebeldes” (Verg. A. XI. 851 - 853).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado ao fim desta exposição, gostaríamos de tecer algumas breves considerações referentes ao nosso tema. Vimos ao longo do texto que no mundo antigo o interesse no conhecimento geográfico surgiu, sobretudo, da necessidade para o exercício de determinadas atividades, e que tais atividades eram da alçada dos interesses da política, como o comércio, a guerra e a administração territorial. Eram informações que, ao oferecer uma racionalização do espaço, poderiam favorecer os indivíduos em posição de poder a proceder em suas atividades com melhor aproveitamento. Além disso, vimos que a geografia antiga atendia aos interesses dos políticos até mesmo quanto aos seus possíveis usos simbólicos, na medida em que ela pudesse servir como propaganda política ao expor em público e em termos geográficos a dimensão dos feitos de determinado governante.

Destas colocações, surgem algumas questões. A primeira é que tal discussão abre margem para nos perguntarmos: se a geografia foi - e talvez ainda seja - um tipo de conhecimento que interessa sobremaneira aos políticos, qual o impacto deste interesse na produção do conhecimento geográfico? Existiu, ao longo da história, alguma relação de submissão dos geógrafos a este interesse? Ou ainda algum tipo de pressão exercida verticalmente pelos políticos no momento de determinar sobre o que uma investigação geográfica deve se debruçar, na medida em que alguns temas ou regiões despertam interesse

político? Ou talvez até mesmo se existe uma pressão sobre como a narrativa de uma descrição geográfica deve se organizar, e quais pontos de vista deve assumir?

Para estas perguntas existirão diversas respostas, levando em consideração a multiplicidade de contextos históricos em que deve ter existido uma relação entre geografia e política, e que, em cada um desses contextos, deve ter existido diferentes formas de governos, diferentes relações de poder, diferentes paradigmas de conhecimento, diferentes formas de produção de saber, diferentes limitações para a pesquisa geográfica, diferentes formas de perceber o espaço geográfico e, talvez, até mesmo, diferentes relações entre geografia e política que permita a existência de outros usos para o conhecimento geográfico.

No próprio contexto da antiguidade greco-romana, em que demonstramos com base em fontes históricas o amplo interesse dos políticos sobre a geografia, podemos afirmar que a relação entre geografia e política não explica a existência da geografia ou esgota o assunto. Pois, se por um lado é verdade que nos tempos de Augusto, por exemplo, o imperador se preocupou em instrumentalizar o conhecimento geográfico a seu favor, tanto para fins práticos como a administração, quanto sob a forma de propaganda, estreitando a relação entre política e geografia, nem por isso toda geografia augustana foi uma propaganda, ou pensada, organizada e escrita única e exclusivamente como uma obra com fins de servir à política. A própria *Geografia* de Estrabón, que, como vimos, explicitamente se refere a essa relação, também possui uma justificativa alternativa que reflete um traço fundamental da cultura grega, que classifica o conhecimento como um valor em si próprio capaz de satisfazer a curiosidade intelectual antes de propriamente satisfazer a qualquer utilidade que ela possa ter para a política, pois Estrabón define a geografia como uma atividade própria dos filósofos, porque requer este tipo de homem, um tipo que “reflete sobre a arte da vida e a felicidade” (Strab, I. 1.1).

Portanto, ao defendermos que a relação entre geografia e política é um tema cronologicamente transversal na história, isto é, está presente nos mais variados contextos, entendemos que as perguntas que fizemos devem motivar pesquisas em História da Geografia que busquem uma compreensão de como, em diferentes contextos históricos, a produção do conhecimento geográfico se relacionou com o poder político; como os políticos entenderam os potenciais ganhos que poderiam obter através da geografia; e, como esta percepção por parte dos políticos pode ter influenciado ou definido o escopo das obras geográficas, bem como estabelecido os objetivos para os geógrafos no ato da concepção e produção de suas obras.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO. *Res Gestae Divi Augusti*. Oxford: Oxford University Press, 1967.

- DUECK, Daniela. **Geography in classical Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- EMIRALIOGLU, Pinar. **Geographical knowledge and imperial culture in the early modern ottoman empire**. Oxon: Routledge, 2014.
- ESTRABÓN. **Geografía**: libros I y II. Madrid: Gredos, 1991.
- ESTRABÓN. **Geografía**: libros III y IV. Madrid: Gredos, 1992.
- ESTRABÓN. **Geografía**: libros XI - XIV. Madrid: Gredos, 2003.
- GEHRKE, Hans-Joachim. The “Revolution” of Alexander the Great: old and new in the world’s view. *In*: BIANCHETTI, Serena; CAUTADELLA, Michele R.; GEHRKE, Hans Joachim (ed.). **Brill’s companion to ancient geography**. Leiden: Koninklijke Brill, 2015. p. 78-97.
- GRUEN, Erich. Augustus and the making of the principate. *In*: GALINSKY, Karl (ed.). **The Cambridge Companion to the Age of Augustus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 33-51.
- HERÓDOTO. **Historia**: libro IV. Madrid: Editorial Gredos, 1979.
- HOMERO. **Odisseia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- KOPIJ, Kamil. When did pompey the great engage in his imitatio Alexandri? **Studies in Ancient Art and Civilization**, [s. l.], v. 21, p. 119-141, 2017.
- KOSZEK, Rafal. Geopolitics in the Geographical work of strabo. **European Journal of Geopolitics**. [s. l.], v. 3, p. 50-68, 2015.
- KREBS, Christopher B. “Imaginary geography” in Caesar’s “Bellum Gallicum”. **The American Journal of Philology**, Baltimore, v. 127, n. 1, p. 111-136, 2006.
- LACOSTE, Yves. **La geografía**: un arma para la guerra. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.
- NICOLET, Claude. **Space, Geography and politics in the early Roman Empire**. Michigan: The University of Michigan Press, 1991.
- PASCUAL, María José Castillo. **Espacio en orden**: el modelo gromático-romano de ordenación del territorio. La Rioja: Universidad de la Rioja, 2011.
- PLINY. **Natural History**: libri III - VII. Harvard: Harvard University Press, 1961.
- ROLLER, Duane. **Ancient Geography**: the discovery of the world in classical Greece and Rome. London: I. B. Tauris, 2015.
- TIERNEY, James J. The map of agrippa. **PRIA**, [s. l.], v. 63, p. 151–166, Apr. 1963.
- THUCYDIDES. **The Peloponnesian War**. Translated by Martin Hammond. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2016.
- VIRGÍLIO. **Eneida**. São Paulo: Ed. 34, 2016.

Recebido: abril de 2023.
Aceito: julho de 2023.